

# Todos pela Constituinte



“A luta por uma Constituinte exclusiva e soberana para a reforma do sistema político pode impedir que a direita confisque a vitória obtida na urna. O sistema político atual bloqueia as reformas progressistas. Sem mudar o sistema político, será muito difícil fazer passar reformas progressistas. Por isso, agora, além de tocar adiante as suas lutas econômicas e corporativas, os movimentos populares devem se alçar à luta pela Constituinte do sistema político”, opinião de Professor de Ciência Política na Unicamp, Armando Boito Jr

Os políticos irão lutar até o fim contra a idéia de um Plebiscito da Reforma Política. Tanto que nos últimos dias deputados e senadores passaram a acenar com a realização de um “referendo”, que significa o seguinte: os parlamentares votam as reformas que querem e depois fazem uma consulta a população que deverá responder apenas Sim ou Não (aceita ou não aceita as reformas decididas por eles).

Acontece que oito milhões de pessoas que votaram em setembro passado pelo Plebiscito querem outra coisa: eleger uma Constituinte Exclusiva e Soberana sobre

o Sistema Político, quer dizer eleger parlamentares que vão apenas e unicamente deliberar sobre a reforma política – acaba a votação e estes parlamentares voltam para casa.

Portanto, não se deixe enganar. Não existe polêmica. Existem duas propostas – diferentes - em jogo.

A proposta dos políticos junta 37 projetos que tratavam de reforma política e transformaram em um único Projeto de Emenda Constitucional - PEC, que não muda nada de essencial no sistema político.

A proposta popular se concretiza num Projeto de Decreto Legislativo - PDL 1508/2014 que propõe um

Plebiscito oficial sobre a convocação de uma Constituinte, Exclusiva e Soberana do Sistema Político, ou seja, uma assembleia de representantes do povo, livremente eleita, que promova as mudanças necessárias no nosso sistema político.

O fato é que apesar dos 8 milhões de votos o PDL só será aprovado com muita luta e mobilização social, pois fere os interesses e privilégios dos que se beneficiam do atual sistema político.

O próximo Congresso Nacional é composto por mais de 250 deputados da bancada do atraso, somando ruralistas, pastores fundamentalistas e agentes

da repressão, segundo levantou o Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar). A bancada empresarial terá 217 deputados.

Estes setores conservadores, articulados nos grandes meios de comunicação dizem que apenas o Congresso tem a legitimidade democrática e capacidade institucional para fazer a reforma política. Um evidente contrassenso, na medida em que a sociedade exige uma reforma política profunda justamente pela falta de legitimidade de um Congresso eleito pelas regras vigentes, o que coloca em xeque a institucionalidade.

450 organizações da sociedade brasileira estão mobilizadas para mudar o sistema político e destravar o bloqueio institucional que impede a participação popular nos destinos da nação e a entrada das reformas estruturais na agenda da sociedade brasileira. Os eletricitários devem se engajar nesta luta.

## O método positivista na Eletrosul tem sido positivo?

O Positivismo, método criado por Augusto Comte, se baseou em sete palavras principais: real, útil, certo, preciso, relativo, orgânico e simpático. No Brasil, o método ganhou importância com o regime republicano. A bandeira nacional traz os dizeres "Ordem e Progresso", extraído da fórmula máxima do Positivismo: "O amor por princípio, a ordem por base, o progresso por fim".

Ocorre que, como qualquer doutrina ou teoria utilizada para apenas uma finalidade, o Positivismo, que vem ganhando supremacia como forma de gestão na Eletrosul, não parece render bons frutos e vantagens aos trabalhadores(as). Muito pelo contrário. Ao querer se imbuir de uma teoria positivista e behaviorista (método comportamental influenciado pelo positivismo), e sob a presunção de abarcar todas as hipóteses e necessidades humanas, a Eletrosul acaba adotando técnicas de gestão que se assemelham às usadas com ratos de laboratório. E cada novo "ato de gestão" da empresa vem acompanhado de

processos educativos (como períodos de tempo de adaptação à dor, à fome, à sede, à repetição) em que o trabalhador(a) necessita correr na direção proposta pela empresa sob o risco de sofrer as consequências, caso não se adapte. Ninguém pode questionar tais procedimentos, pois ratos não devem se expressar. Se tentarem, terão que correr ainda mais. Se atingirem os objetivos e metas, ganharão ao final de longo esforço comportamental e de perda de consciência o seu queijinho merecido.

Aliás, ratos não devem ter consciência. Pois, se tivessem, perceberiam que a lógica "positivista" escondida por detrás da "meritocracia", "do controle de acesso às dependências da empresa", "da retirada de importância de cada função conquistada por meio de concurso público" e da própria noção de que "com menos podemos produzir mais" não é nem de longe positiva. É, antes de qualquer teoria enganosa, uma forma negativa de lidar com os trabalhadores(as).



## Sindinorte tem novos representantes

Os trabalhadores Arcângelo Formigari (Guaramirim), Edson Luiz Tavares, José Vicente Carneiro, Luis Cláudio Bohm e Rolf Dittrich Viggiano (Joinville), Everton Muniz e Maria Schirlei Augustin Lukasinski (Mafra), Venâncio Fischer (Jaraguá do Sul), João Batista Rosa (São Bento do Sul), Fernando Luiz Maciel (São Francisco do Sul) e Osiel José de Souza (Eletrosul) foram eleitos para cumprirem um mandato de representante sindical na base do Sindinorte, no período de 03/12/2014 até 30/06/2017.

O Sindinorte agradece a todos os empregados que participaram desse processo, fortalecendo ainda mais a representação sindical de base e o contato com a categoria, desejando muito sucesso aos novos companheiros que integrarão a diretoria do Sindinorte.

## Em 2013 a União movimentou R\$1 trilhão 783 bilhões

40,30% ou R\$ 718 bilhões foram para pagar juros e amortização da "dívida"



para a saúde foram apenas 4,29% para a educação 3,7% segurança com 0,40%

auditoria da dívida já!

## Atendimento da Celesc: uma crise crônica

Os celesquianos mais novos não lembram mas a Celesc foi por décadas admirada pelos catarinenses pela qualidade do serviço que prestava e era referência nacional em atendimento a seus clientes.

Mas mesmo quem está recém começando na empresa começa a desconfiar que o caos nas lojas de atendimento nas sedes regionais é deliberado. Querem sucatear a empresa no seu ponto mais nevrálgico que é o atendimento à população. Com isso, no futuro, quando os catarinenses estiverem cansados de tanto reclamar, a empresa poderá ser vendida sem desgastes maiores.

Como explicar que uma loja de atendimento como a de Joinville (veja foto), a cidade mais importante economicamente do Estado, viver superlotada? Como pode um trabalhador do atendimento realizar suas tarefas com êxito se está sempre se desdobrando em vários, expondo sua saúde mental e física? Como atingir metas se há sobrecarga de trabalho?

A empresa há mais de 10



anos não realiza contratações suficientes para manter a qualidade do serviço. As cidades catarinenses vem crescendo, o número de unidades consumidoras alastra-se vertiginosamente e por mais prestativos e atenciosos que sejam os atendentes eles estão trabalhando no limite e a população percebe isso.

A qualidade do atendimento comercial deve ser aferida por meio dos padrões de atendimento comercial estabelecidos pela Aneel ( a agência regula-

dora para serviço energia elétrica). Segundo norma da Aneel "a estrutura de pessoal destinada ao atendimento presencial deve observar condições de generalidade, eficiência e cortesia, assim como ser dimensionada levando-se em consideração um tempo máximo de espera de 45 (quarenta e cinco) minutos, ressalvada a ocorrência de casos fortuitos ou de força maior".

Já passou da hora da diretoria da empresa prestar satisfação e apontar saídas para esta crise.

## E o lucro, Óh!...

Nunca em toda sua história a Endesa distribuiu um dividendo tão grande: 15 bilhões de euros. A notícia que deveria ser atrativa apenas para as páginas de economia dos jornais e os acionistas, pode porém ser um caso de polícia. Isto por que está em discussão no parlamento da Espanha, país afogado numa crise econômica, uma proibição de cortar energia de famílias vulneráveis (que atravessam dificuldade econômica como desemprego). As tarifas aumentaram 67% nos últimos sete anos. A holding espanhola atua no Brasil em distribuição, geração, transmissão e comercialização de energia, em quatro Estados do país - Rio de Janeiro, Ceará, Goiás e Rio Grande do Sul, com 5,4 milhões de clientes. Segundo os jornais espanhóis se a proibição não for votada pode provocar a morte prematura de 3 mil a 9 mil pessoas por "pobreza energética": falta de energia para cozinhar e aquecer as casas no rigoroso inverno europeu que logo iniciará. Mais informações em <https://www.facua.org/es/noticia.php?id=8890>.

NA FOTO BORJA PRADO, PRESIDENTE DA EMPRESA.



## Segunda rodada na Tractebel sem novidades

A segunda rodada de negociação do ACT 2014/15 dos(as) empregados(as) da Tractebel Energia aconteceu na última terça-feira dia 11/11, sem novidades.

A rodada foi uma repetição da anterior em que foram argumentadas pelos dirigentes sindicais todas as demais cláusulas da pauta dos(as) trabalhadores(as) e, novamente, a empresa não deu nenhuma resposta definitiva para as questões que constam da citada pauta.

A empresa se comprometeu a realizar vários estudos solicitados pelos dirigen-

Trabalhadores não levarão "culpa" pela "crise", alerta Intersul

tes e na próxima reunião apresentar respostas mais conclusivas. A próxima foi solicitada pelos dirigentes sindicais para o dia 26/11.

A Intersul deixou muito claro em mesa de negociação que não aceita que seja "jogadas" nas costas dos(as) trabalhadores(as) uma "crise" que não foi criada por eles.

Como já aconteceu em relação a primeira rodada, nos próximos boletins da Intersul será feito um relato sucinto sobre as questões abordadas nessa rodada de negociação.



## Sem definição, 33 concessões de energia vencem em 2015, inclusive a da Celesc

Às voltas com uma "agenda-bomba" para desarmar nos próximos meses, o MME travou as discussões sobre um tema central do setor elétrico: a renovação das concessões das distribuidoras de energia. Depois das traumáticas negociações dos contratos de geração e de transmissão, o governo está a apenas quatro meses do vencimento das primeiras concessões das 63 companhias distribuidoras de energia. Mas, até agora, faz mistério sobre as condições para as empresas, seus direitos e obrigações.

Entre as distribuidoras, é consenso que a demora do governo em pôr as cartas na mesa sobre a renovação dos contratos decorre da indefinição sobre o futuro do MME, alvo de uma disputa ferrenha entre PT e PMDB. Das 63 distribuidoras responsáveis por levar energia aos consumidores, 33 têm contratos de concessão com vencimento a partir de março de 2015.

Não bastassem os problemas financeiros das

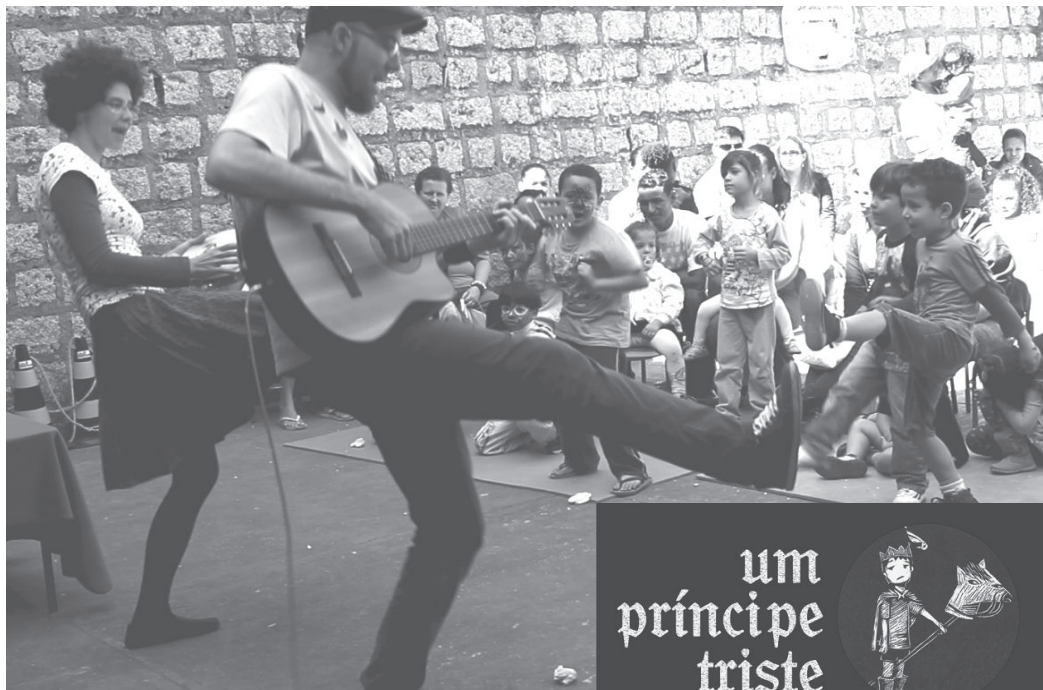
distribuidoras, obrigadas a comprar energia no mercado de curto prazo para recompor o volume não entregue pelas geradoras, as companhias passam por dificuldades para levantar financiamentos nos bancos por falta de contratos de concessão de longo prazo - usados como garantia para quitação desses empréstimos. O distanciamento entre os empresários do setor e o governo ficou evidente nesta semana. Apesar da insistência do governo em afirmar que o setor está equilibrado física e financeiramente, choveram críticas dos agentes do setor.

Embora as condições de renovação das concessões sejam desconhecidas, o setor espera que o modelo proposto seja ancorado em critérios como índices de qualidade de serviço prestado ao consumidor e a saúde financeira dessas empresas, ou seja, a capacidade de honrar compromissos. (O Estado de São Paulo - 10.11.2014)

Intercel

Informações aos distribuidores de energia Catarinense

LINHA VIVA é uma publicação da Intersindical dos Eletricistas do SC. Jornalista responsável: Marieli Cristina Scotazzon (DRT/RS 4966). Conselho Editorial: Wanderlei Lenarpowicz. Rua Lacerda Coutinho, 149, Fpolis - SC - CEP: 88015-030. Fone: (048) 3879-3011. E-mail: [jornalismo@sinergia.org.br](mailto:jornalismo@sinergia.org.br) - Site: [www.sinergia.org.br](http://www.sinergia.org.br). As matérias assinadas não correspondem, necessariamente, à opinião do jornal [www.sindinorte.org](http://www.sindinorte.org) | [www.sintresc.com.br](http://www.sintresc.com.br) | [www.sintevi.com.br](http://www.sintevi.com.br) | [www.intersul.org](http://www.intersul.org) | [sinds@terra.com.br](mailto:sinds@terra.com.br)



Não é novidade no Brasil o controle de meios de comunicação de massa por políticos – fenômeno conhecido por “coronelismo eletrônico”, em referência aos velhos oligarcas que controlavam o voto a partir do domínio da terra. Nas últimas décadas, também o domínio do ar – por onde trafegam as ondas do rádio e da televisão – passou a ser determinante para que políticos se perpetuem no poder. Os casos clássicos já se tornaram folclore: a família Sarney, no Maranhão; a família Magalhães, na Bahia; Collor, em Alagoas; Barbalho, no Pará; e por aí vai. O que é pouco difundido, por questões óbvias, é que a prática do coronelismo eletrônico é disseminada em todo o país e adotada pela grande maioria dos partidos.

Nenhum desses políticos reconhece praticar ilegalidades. Apesar de o artigo

54 da Constituição proibir que deputados e senadores firmem contrato com concessionárias de serviço público, deputados federais e senadores – assim como vereadores, prefeitos, deputados estaduais e governadores – continuam controlando canais de rádio e TV. O Ministério das Comunicações, responsável por fiscalizar o serviço, alega estar de mãos atadas. Esta mais que na hora de aprovar uma nova regulação do setor. O Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), que há 23 anos reúne centenas de entidades em torno da luta pela ampliação do exercício da liberdade de expressão em nosso país, está encabeçando uma campanha para um novo marco regulatório para o setor.

Fique ligado e acompanhe a movimentação no site <http://fndc.org.br/>



Uma boa opção de presente para quem já estiver programando as compras para o Natal é o livro “Um príncipe triste”, produção local de um ex-eletricista e ex-diretor do Sinergia (Sig Schaitel) que desde 2012 atua como músico e contador de histórias na Cia Mafafagos.

Esta é a segunda publicação da Cia, que em 2012 lançou o livro “Cada um Conta de um Jeito”, de Aline Maciel. Um príncipe triste é um livro ilustrado e música do que está sendo produzido pela Cia Mafafagos. A história desse Príncipe nasceu como uma canção, composta por Sig Schaitel.

Agora, os Mafafagos publicam a história em livro, ilustrado com xilogravuras de Fabio Dudas. E junto com o livro vem um CD da canção gravada por músicos da banda Cavaleiros Marginais, de Tubarão, SC.

O projeto da publicação é autônomo e independente. Isso quer dizer que a Cia Mafafagos está fazendo tudo com recursos próprios, sem patrocínio ou editora. Contudo, para que o projeto tenha êxito, contam com a “Lei de Incentivo dos Amigos”: você pode colaborar adquirindo o livro e divulgando o projeto para seus amigos.

Quanto custa: a venda antecipada das 100 unidades do “Combo Real”, que consiste de um pacote com Livro, CD e Xilogravura, custa R\$50,00 e se estende até o dia 27 de novembro. Depois disso, até o final do ano, o Livro+CD será vendido a preço promocional.

O livro não estará em livrarias. Pode ser adquirido diretamente com a Cia Mafafagos. Para mais informações envie um e-mail para [ciamafafagos@gmail.com](mailto:ciamafafagos@gmail.com). Outras informações sobre o projeto estão sendo publicadas na fanpage: [www.facebook.com/ciamafafagos](http://www.facebook.com/ciamafafagos) e no blog [www.ciamafafagos.wordpress.com](http://www.ciamafafagos.wordpress.com)

**Datas de lançamento:**  
04 de dezembro, às 19 horas, na Casa da Memória - Florianópolis

06 de dezembro, na Biblioteca Barca dos Livros - Florianópolis

09 de dezembro, na Casa da Cultura - Joaçaba

13 de dezembro, na Livraria Tom de Luiza - Palhoça

14 de dezembro, na Feira da Freguesia - São José